



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

Desenvolvimento regional e gênero: Mapeamento da formação docente e da produção intelectual nos PPG em Planejamento Urbano e Regional da região Sul do Brasil

Autores:

Luciana Butzke - Universidade Regional de Blumenau - luemtese@gmail.com

Ivo Marcos Theis - Universidade Regional de Blumenau - theis@furb.br

Caroline Laíza Negherbon - Universidade Regional de Blumenau - carolnegherbon@gmail.com

Vivian C Brito - Universidade Regional de Blumenau - vivianbritofoz@gmail.com

Resumo:

Os estudos sobre desenvolvimento regional e gênero procuram mostrar as imbricações entre relações de gênero, poder e espaço, suas permanências e possibilidades de mudança. Neste artigo se projeta luz sobre a presença das mulheres (sua formação e acesso a bolsas de produtividade em pesquisa) nos Programas de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da região Sul. Uma constatação é que, a rigor, não há maiores diferenças entre mulheres e homens. Na produção intelectual sobre gênero, em que estão em maior número, as mulheres tratam de temas como: o espaço rural e urbano, espacialidades em movimento, vulnerabilidades, sexualidade, grupos e instituições sociais. A presença dos estudos de gênero no desenvolvimento regional pode conferir maior abertura aos estudos regionais que têm tomado a região como recorte e contenção, oferecendo-lhes, em troca, uma compreensão relacional de região, que traz consigo o potencial libertador das identidades binárias e das hierarquias de raça e classe.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GÊNERO

Mapeamento da formação docente e da produção intelectual nos PPG em Planejamento Urbano e Regional da região Sul do Brasil

INTRODUÇÃO

O tema desse artigo, *desenvolvimento regional e gênero*, remete ao passado e ao presente dos países periféricos. Do passado colonial da América Latina permanece a colonialidade do poder (QUIJANO, 2010) e o sistema moderno-colonial de gênero (LUGONES, 2008). Mais recentemente, vivemos processos de *direitização* da política, endurecimento do pensamento social, aumento das desigualdades (sociais, econômicas, culturais e políticas), intensificação do racismo, da xenofobia, de feminicídios e de outros fundamentalismos (CURIEL, 2008). No cenário brasileiro vivemos a judicialização da política, a crescente criminalização dos movimentos sociais, dos partidos e militantes de esquerda, a progressiva perda de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, indígenas e populações tradicionais, a atuação coordenada da bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala) em defesa de seus interesses corporativos, a desinformação deliberada dos meios de comunicação de massa, a ameaça da *Escola sem Partido*. Vivemos, pois, na América Latina e no Brasil, uma ofensiva conservadora (MENICUCCI, 2018). A ameaça aos direitos das minorias, o combate a “ideologia de gênero”, o crescimento da intolerância e do ódio fazem dos estudos de gênero um ponto de inflexão nesses tempos sombrios, uma abertura para o futuro – estar *contra algo* é estar *a favor de algo* (AHMED, 2015). Há um potencial libertador nos excluídos da norma (norma masculina e norma feminina), nas mulheres, naqueles que sofrem com as divisões de raça e classe, a favor de um futuro aberto transformador que supere as desigualdades e as identidades binárias (MCDOWELL, 2000).

A preocupação mais ampla com o tema de gênero e desenvolvimento remete à questão das mulheres e do desenvolvimento na América Latina. Esta tem como marco a Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina em Havana, 1977. De lá até aqui a Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) organizou 13 conferências regionais sobre a mulher (CEPAL, 2017). A preocupação com as mulheres e o desenvolvimento figura entre os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas em 2000. O terceiro objetivo prevê a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres (ONU, 2018). Relacionado a este objetivo, mais recentemente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incluíram também a igualdade de gênero (BRASIL, 2017).

Essas e outras iniciativas intergovernamentais incluem também a participação de movimentos sociais. Mas convém ressaltar que a atuação dos movimentos sociais vai muito além das iniciativas listadas. Estas não questionam nem a exploração nem a opressão, porque não tocam no sistema capitalista patriarcal e heteronormativo. A situação das mulheres é vista como produto de uma desigualdade; logo, a promessa da igualdade continua sendo uma estratégia do colonizador para continuar dominando o colonizado (PAREDES; GUZMÁN, 2014).

Enquanto vivemos esses processos, além de refletirmos de forma macro, pensamos também desde várias escalas geográficas, desde várias espacialidades. Muitos movimentos sociais do Sul denunciam a opressão de gênero entre mayas, quechuas, aymarás, mapuches, kaiowá, cujas especificidades se distinguem daquelas universalizadas pelo Norte. Os feminismos do sul contam com projetos anti-capitalistas, anti-racistas, anti-sexistas cujas lutas contra a opressão de gênero, raça, sexualidade e classe promovem ativismos e expressões artísticas únicas (BIDASECA, 2018a; 2018b). Novos questionamentos surgem desde as práticas sociais e acadêmicas.

Nesse artigo, partimos do pressuposto de que os seres humanos experimentam o espaço de forma distinta, e essas diferenças constituem tanto o lugar quanto o gênero. Os espaços têm origem nas relações de poder e estas estabelecem as normas. As normas definem os limites tanto sociais quanto espaciais. Elas definem quem pertence ao lugar e quem é excluído (MCDOWELL, 2000).

O objetivo aqui é mapear a formação docente e a produção intelectual de docentes que atuam em Programas de Pós-Graduação [PPG] em Planejamento Urbano e Regional [PUR], com ênfase no tema do desenvolvimento regional e gênero. São objetivos específicos: (i) caracterizar os PPG em PUR; (ii) relacionar formação docente e gênero/sexo; (iii) identificar docentes que têm produção intelectual sobre desenvolvimento regional e gênero e os principais temas de pesquisa. Escrever sobre desenvolvimento regional e gênero é também uma decisão política: trata-se de uma estratégia para tornar visível as docentes mulheres e o trabalho sobre gênero/mulheres/LGBT no campo do desenvolvimento regional.

No levantamento de dados foram feitas consultas à Plataforma Sucupira, aos sítios dos PPG em PUR e aos currículos lattes dxs¹ docentes. A coleta foi realizada na segunda quinzena de setembro de 2018. Foram consultados 13 sítios e 201 currículos Lattes. Os dados foram tabulados e organizados com a ajuda de um editor de planilhas eletrônicas (Excel) e os currículos Lattes foram analisados com a ajuda do *software* Nvivo.

O artigo está dividido em cinco seções. A *primeira* delas, essa introdução, contextualiza o conteúdo do artigo. A *segunda* seção trata do referencial teórico, buscando articular perspectivas sobre desenvolvimento, gênero e região. Na *terceira* seção apresentamos uma caracterização dos PPG em PUR da região Sul do Brasil, enfatizando origem, nome, áreas de concentração e divisão dxs docentes por sexo/gênero. Na *quarta* seção apresentamos os dados sobre a formação docente, destacando a distribuição de estágios de pós-doutorado e de bolsas de produtividade por IES e por sexo/gênero. A *quinta* seção apresenta a produção intelectual sobre o tema desenvolvimento regional e gênero. A *sexta* e última seção traz uma síntese dos resultados da pesquisa, apontando limites e indicando possibilidades.

¹ Neste artigo usamos o x para enfatizar o caráter plural do conjunto social, conforme indicação de Orozco (2017).

O ESPAÇO NO DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO E GÊNERO

O referencial teórico combina três conceitos (desenvolvimento, região e gênero) que aqui serão tratados como construções sociais relacionais. Nesse sentido importa desnaturalizar os conceitos (BUTZKE; THEIS; MANTOVANELLI JÚNIOR, 2018), as ideias de gênero, lugar, pertencimento são criações sociais (MCDOWELL, 2000) e como tal são relacionais e provisórias. Os estudos sobre gênero e desenvolvimento contribuem para tornar visível o papel da mulher nas teorias do desenvolvimento (PARELLA, 2003), mas não se reduzem a isso. Somamos a isso a questão de como se constituem as relações de gênero e as diferenças sexuais no espaço e no tempo e como formam uma base de poder (MCDOWELL, 2000).

No histórico do debate sobre desenvolvimento na América Latina a preocupação com as mulheres surgiu na década de 1970. Antes disso as mulheres não apareciam em nenhum plano, nenhuma política, nenhuma ação de desenvolvimento (CABNAL, 2010).

Na década de 1970 surgiu o enfoque chamado *Mulher no desenvolvimento* (*Mujer em el Desarrollo – MED*). Ele passou a ter visibilidade na I Conferência Mundial da Mulher no México em 1975, tendo uma forte influência na Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina em Havana em 1977. Este enfoque enfatiza o impacto negativo do desenvolvimento nas mulheres, trazendo essa preocupação para as políticas de desenvolvimento (CRUZ, 1998; PARELLA, 2003).

O MED sofreu duras críticas advindas do marxismo feminista por não incluir uma discussão sobre classe social. Era preciso discutir não a participação da mulher no desenvolvimento, mas sua forma de integração no mesmo. A incorporação da classe social permitiria superar o enfoque funcionalista da modernização (que ignora as classes sociais) e o enfoque da dependência (que considerava apenas as classes sociais). Trata-se de um enfoque que conforma as mulheres ao desenvolvimento (integração na exploração) e não o desenvolvimento às mulheres (crítica ao sistema produtivo) (PARELLA, 2003).

Na década de 1980/1990 surgiu o enfoque *Gênero no Desenvolvimento* (*Género en el Desarrollo – GED*). Esse enfoque propõe a tomada de consciência da subordinação das mulheres e a liberdade de decidir sobre suas vidas e sobre o desenvolvimento que querem e se querem desenvolvimento. A ênfase muda da mulher para gênero, incluindo classe social, etnia e raça. O objetivo desse enfoque é desafiar a ideologia hetero-patriarcal (CRUZ, 1998) PARELLA, 2003).

Diante desses enfoques é preciso pensar também o *lugar da produção de conhecimento*. Com o auxílio da interseccionalidade, “pensar desde a América Latina implica hacerlo desde ‘todos os lugares marginales del imperio global’.” (CELENTANI, 2014, p. 48). Lembrando que o lugar da libertação feminista é tecido junto com a libertação de pessoas, grupos e povos que sofrem com a exploração, desaparecimento, opressão sexual, dominação colonial, etc. Neste “lugar” da produção do conhecimento precisamos questionar: o lugar de enunciação (o conhecimento é produzido não só no espaço acadêmico e junto a cultura letrada), o próprio feminismo, que pode ser opressor (ao não considerar os vários feminismos do sul), o saber ocidental que se diz incluyente e o universalismo (CELENTANI, 2014).

A ligação dos estudos de gênero com a reflexão do regional se faz libertando o espaço de sua velha cadeia de significado e associando-o com significados mais políticos. Massey (2008) fala em tempo aberto para o novo e no espaço aberto para o novo e para a política. Daí podemos refletir sobre os recortes regionais no Brasil e na América Latina: eles são recortes arbitrários, originados nas relações de poder e sustentados por explicações baseadas principalmente em recortes naturais e econômicos. Isso corrobora para a tentativa de questionar a região, repensar a região, desconstruir a região – na linha do espaço para o novo e para a política. “Não somente a produção do espaço é um processo inerentemente político, como o uso de metáforas espaciais, longe de proporcionar imagens inocentes e evocativas, na verdade, entra diretamente nas questões do poder social” (SMITH, 2000, p. 140). Nesse sentido, a incorporação da preocupação com gênero, juntamente com raça, etnia, sexualidade e classe social é fundamental.

Nesse processo reflexivo outras questões podem ser formuladas: que lugar o corpo das mulheres ocupa no território? O espaço não é neutro, a região não é neutra: é condicionada pelos corpos, mas também condiciona os corpos. A ênfase recai sobre o corpo-território, o corpo como primeiro território de luta, a comunidade como forma de vida e a relação entre escalas como forma de conectar as lutas (HERNÁNDEZ, 2016).

Na medida em que a identidade regional tem sua origem na atividade produtiva, as lutas regionais passam a ser apenas lutas de classe. Cabe incorporar nos estudos regionais a fluidez e a flexibilidade de temas que não se restrinjam ao econômico. O regional pode servir como contenção, como *locus* de racismos e de localismos, mas também pode servir como abertura e conexão com lutas mais amplas anti-imperialistas e anti-capitalistas (SMITH, 2000).

BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS PPG EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Os PPG em PUR têm início no Sul do Brasil na década de 1970 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o PPG em Planejamento Urbano e Regional. No Rio Grande do Sul os PPG em PUR têm continuidade na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) em 1994 e na Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) em 2002. Em Santa Catarina o PPG em PUR data do ano de 2000. No ano de 2003 temos no estado do Paraná a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Em 2006 temos a criação do PPG em PUR na Universidade do Contestado (UNC), em 2007 na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Também em 2010 passamos a contar com um PPG em PUR na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em 2013 na Faculdades Integradas de Taquaras e em 2016 na Universidade Federal do Paraná (UFPR) (Tabela 1).

Dos 15 PPG em PUR, listados na Tabela 1, nove têm ênfase no desenvolvimento regional. No Paraná temos a PUC e UFPR cuja ênfase no planejamento e gestão urbana e a UNILA nas políticas públicas e desenvolvimento. Em Santa Catarina a UDESC lida com o planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental.

Tabela 1 – Cronologia dos PPG em PUR no Sul do Brasil, 2018

Sigla das IES	UF	Início	Nome do PPG em PUR
UFRGS	RS	1970	Planejamento urbano e regional
UNISC	RS	1994	Desenvolvimento regional
FURB	SC	2000	Desenvolvimento regional
UNIJUÍ	RS	2002	Desenvolvimento regional
PUC	PR	2003	Gestão urbana
UNIOESTE	PR	2003	Desenvolvimento regional e agronegócio
UNC	SC	2006	Desenvolvimento regional
UDESC*	SC	2007	Planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental
UNOCHAPECÓ	SC	2010	Políticas sociais e dinâmicas regionais
UTFPR*	PR	2010	Desenvolvimento regional
FACCAT	RS	2013	Desenvolvimento regional
UNILA	PR	2016	Políticas públicas e desenvolvimento
UFPR	PR	2016	Planejamento urbano

Fonte: Elaboração própria.

* A UDESC e a UTFPR contam com dois PPG com o mesmo nome.

Ao todo, no Rio Grande do Sul, são quatro IES com PPG em PUR: uma situada na capital Porto Alegre, e as outras três nas cidades de Taquaras, Ijuí e Santa Cruz do Sul. Na UNIJUÍ as áreas de concentração do PPG em PUR são em direitos humanos e desenvolvimento; e em gestão de organizações e desenvolvimento. Na UNISC e na FACAAT a área de concentração é em desenvolvimento regional e na UFRGS são duas as áreas de concentração: planejamento urbano e regional e os processos sociais; e sistemas de suporte à decisão em planejamento e desenho urbano. A UNIJUÍ, UNISC, UFRGS possuem mestrado acadêmico e doutorado e a FACCAT apenas mestrado acadêmico.

Em Santa Catarina são quatro IES com PPG em PUR: uma na capital Florianópolis e as outras três em Chapecó, Canoinhas e Blumenau. Na UNC e na FURB a área de concentração é em desenvolvimento regional, na UNOCHAPECÓ em políticas sociais e dinâmicas regionais e na UDESC em planejamento territorial e desenvolvimento socioambiental. A UDESC conta com dois PPG em PUR, um mestrado profissional e um doutorado. A FURB conta com mestrado acadêmico e doutorado, a UNC com mestrado acadêmico e a UNOCHAPECÓ com mestrado profissional.

O Paraná conta com cinco IES: duas na capital Curitiba e as outras três em Foz do Iguaçu, Toledo e Pato Branco. A área de concentração da UNILA é em políticas públicas de desenvolvimento na América Latina. Na UNIOESTE a área de concentração é em desenvolvimento regional e do agronegócio. Na UTFPR é em desenvolvimento regional sustentável e planejamento público e desenvolvimento. Na PUC a área de concentração é em gestão urbana e na UFPR em planejamento urbano. A UNILA, UTFPR contam com mestrado acadêmico, a UTFPR com mestrado acadêmico e profissional. A UNIOESTE e a PUC somam mestrado acadêmico e doutorado.

Na região Sul temos um total de 15 PPG em PUR em 13 IES e 21 cursos de pós-graduação na área. A Figura 1 indica a localização das 13 IES da região Sul do Brasil.

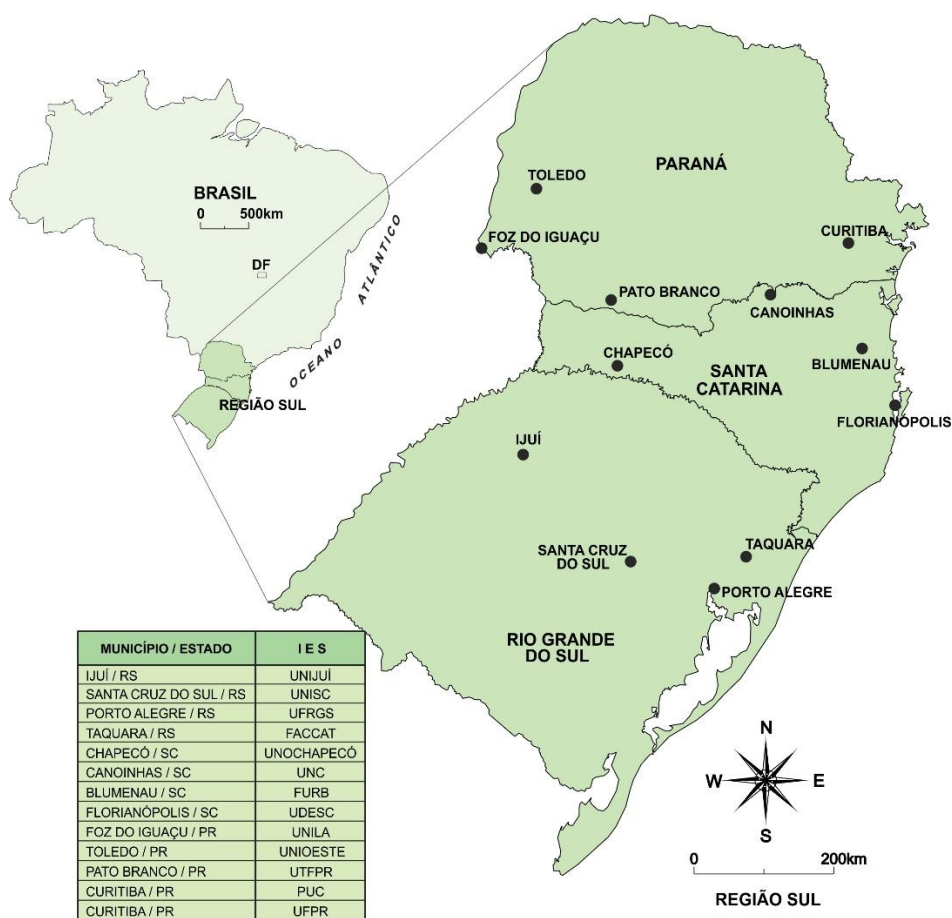


Figura 1 – Mapa da região Sul do Brasil com a localização das IES com PPG em PUR, 2018
Fonte: Concepção dxs autorxs. Elaborado por Ruy Lucas de Souza.

Nos PPG em PUR por IES da região Sul os docentes homens somam 117 (58%) e as docentes mulheres 84 (42%) do total de 201 docentes. Em quatro das 13 IES (UNISC, UNOCHAPECÓ, UNILA e UFPR) existem mais docentes mulheres que homens. Em seis IES há um predomínio dos homens em relação as mulheres: UNIJUI, FACCAT, UNC, FURB, UNIOESTE e PUC. (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição por sexo/gênero nas IES, 2018

UF	IES	Masculino	Feminino	Total
RS	UNIJUÍ	12	4	16
	UNISC	5	9	14
	UFRGS	11	9	20
	FACCAT	9	1	10
SC	UNOCHAPECÓ	5	10	15
	UNC	7	3	10
	FURB	10	4	14
	UDESC	10	8	18
PR	UNILA	13	15	28
	UNIOESTE	10	4	14
	UTFPR	11	8	19
	PUC	11	2	13
	UFPR	3	7	10
TOTAL		117	84	201

Fonte: Elaboração própria.

O aparente equilíbrio de 58% de homens e 42% de mulheres traz realidades diferentes existentes dentro dos PPG em PUR (de equilíbrio ou de maiorias femininas e masculinas). Chama-se a atenção que uma ciência feminista, ou minimamente equitativa, não se limita à presença de mais mulheres no campo científico e na produção de conhecimento (NUCCI, 2018). Ao longo da história, a ciência se pôs neutra, objetiva e racional, sendo complacente com a construção historiográfica predominantemente masculina (LOPES; COSTA, 2005). A crítica feminista trouxe deslocamentos epistemológicos, desconstruindo, sobretudo, os pressupostos de neutralidade. Este reexame do campo científico possibilitou uma maior participação/presença de mulheres na ciência e, para além disso, uma mudança do que se conhece por ciência (NUCCI, 2018). A formação docente desses homens e mulheres docentes, tratada na sequência, nos coloca elementos para aprofundar essa reflexão.

FORMAÇÃO DOCENTE

Em relação a formação docente em estágios de pós-doutorado 41% dos docentes contam com essa formação e 59% não. Em 5 das 13 IES o número de docentes com pós-doutorado supera o número de docentes que não conta com essa formação (Tabela 3).

Tabela 3 – Docentes com Pós-doutorado por IES, 2018

UF	IES	Sim	Não	Total
RS	UNIJUÍ	4	12	16
	UNISC	8	6	14
	UFRGS	9	11	20
	FACCAT	2	8	10
SC	UNOCHAPECÓ	6	9	15
	UNC	2	8	10
	FURB	9	5	14
	UDESC	10	8	18
PR	UNILA	4	24	28
	UNIOESTE	7	7	14
	UTFPR	10	9	19
	PUC	7	6	13
	UFPR	5	5	10
Total		83	118	201

Fonte: Elaboração própria.

Na classificação de bolsas de produtividade em pesquisa, a PUC conta com seis bolsas; a FURB tem quatro bolsas; UFRGS e UNIOESTE têm três; UDESC e UFPR têm duas; UNISC, UNOCHAPECÓ e UNC têm 1 bolsa; e UNIJUÍ, FACCAT e UNILA não contam com bolsas (Tabela 4). Cabe destacar que, se considerarmos as bolsas de produtividade nos PPG em PUR cuja ênfase é no desenvolvimento regional, a FURB é a IES que conta com mais bolsas. Não acessamos informações sobre quantxs docentes enviam projetos aos editais de bolsa de produtividade e dxs aprovadxs qual o comitê de área do qual recebem a bolsa.

Tabela 4 – Classificação de Bolsa de Produtividade por IES, 2018

IES	Sim	Não	Total
1 PUC	6	7	13
2 FURB	4	10	14
3 UFRGS	3	17	20
4 UNIOESTE	3	11	14
5 UDESC	2	16	18
6 UFPR	2	8	10
7 UNISC	1	13	14
8 UNOCHAPECÓ	1	14	15
9 UNC	1	9	10
10 UTFPR	1	18	19
11 UNIJUÍ	0	16	16
12 FACCAT	0	10	10
13 UNILA	0	28	28
Total	24	177	201

Fonte: Elaboração própria.

Dos docentes dos PPG em PUR em 2018 75 (64% dos docentes) não tinham pós-doutorado e 42 (36%) sim. Das docentes 43 (51% das docentes) não tinham pós-doutorado e 41 (49%) sim. Se fizermos o cálculo pelo total de docentes (201 docentes), 21% dos docentes têm pós-doutorado e 24% das docentes, demonstrando que a qualificação das mulheres em estágio pós-doutoral é um pouco superior à dos homens (Tabela 5).

Tabela 5 – Distribuição de Pós-doutores e Pós-doutoras por sexo/gênero, 2018

Sexo/Gênero	Sim	% Relativa	% Total	Não	% Relativa	% Total	Total
Masculino	42	36	21	75	64	37	117
Feminino	41	49	24	43	51	25	84
Total	83			118			201

Fonte: Elaboração própria.

No caso das bolsas de produtividade, 18 docentes (15% do total de homens) contam com a bolsa e 6 docentes mulheres (7% do total de mulheres). Portanto, os docentes que não contam com bolsas de produtividades somam 85 (85% do total de homens) e as docentes somam 93 (93% do total de mulheres) (Tabela 6).

Tabela 6 – Distribuição de Bolsas de Produtividade (BP) por sexo/gênero, 2018

Sexo/Gênero	Sim	% Relativa	% Total	Não	% Relativa	% Total	Total
Masculino	18	15	9	99	85	42	117
Feminino	6	7	3	78	93	46	84
Total	24			177			201

Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, não há uma desigualdade substancial entre docentes homens e mulheres em relação a pós-doutorado. No caso das bolsas de produtividade são 18 homens com bolsa e apenas 6 mulheres. Nesse caso existe desigualdade. Essa realidade corresponde à média brasileira: em 2017 foram destinados 110,7 milhões de reais em bolsa de produtividade para homens e às mulheres metade desse valor. As mulheres somam 27 dos 112 pesquisadorxs sênior do CNPq (MONNERAT, 2017). Se incluirmos o corte racial as mulheres pretas com doutorado correspondem a 0,4% do corpo docente da pós-graduação no Brasil e a porcentagem de bolsas de produtividade era de 3% em 2017 (FERREIRA, 2018).

O que se observa também é uma desigualdade na distribuição de bolsas entre as IES. Na classificação de bolsas de produtividade em pesquisa uma IES tem seis bolsas, uma quatro bolsas, duas IES têm três; duas têm duas; três têm 1 bolsa; e três não contam com bolsas. Em relação ao bolsistas produtividade em pesquisa CNPq na área PUR no Brasil em 2013, a região sudeste contava com 43 bolsas, seguida da região sul com 18 bolsas, a região nordeste com 15 bolsas, a região centro-oeste com 3 bolsas e a região norte com 1 bolsa (FERNANDES, 2013).

PRODUÇÃO INTELECTUAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GÊNERO

A produção intelectual em desenvolvimento regional e gênero envolveu a contagem da frequência de termos no currículo lattes dxs 201 docentes. Os termos buscados foram: desenvolvimento regional, gênero, mulher/mulheres, LGBT. Indicamos a classificação dxs dez docentes cuja frequência dos termos foi mais representativa.

No tema do desenvolvimento regional entre os dez cuja frequência no uso do termo se destaca temos 8 homens e duas mulheres: seis docentes do Rio Grande do Sul, três de Santa Catarina e um do Paraná (Tabela 7).

Tabela 7 – Classificação de docentes por frequência do termo desenvolvimento regional no currículo, 2018

UF	IES	Docente	Frequência
RS	UNISC	Rogério L. L. da Silveira	377
SC	FURB	Ivo Marcos Theis	330
SC	UNC	Argos Gumbowsky	259
PR	UNIOESTE	Jandir F. de Lima	239
RS	UNIJUÍ	Dieter R. Siedenberg	233
SC	UNC	Valdir R. Dallabrida	231
RS	UNISC	Silvio C. Arend	223
RS	FACCAT	Mario Riedl	219
RS	UNISC	Ângela C. T. Felipi	215
RS	UNISC	Virginia E. Etges	213
TOTAL			2.539

Fonte: Elaboração própria.

No tema de gênero aparecem oito mulheres e dois homens, sendo sete docentes de Santa Catarina, dois do Paraná e um do Rio Grande do Sul (Tabela 8). Destaca-se a ausência desses docentes na Tabela 7, que traz a classificação dos docentes no tema do desenvolvimento regional. Outro ponto importante é que na classificação aparecem docentes homens e mulheres.

Tabela 8 – Classificação de docentes por frequência do termo gênero no currículo, 2018

UF	IES	Docente	Frequência
SC	UNOCHAPECÓ	Myriam Santin	231
SC	UDESC	Glauca de Oliveira Assis	159
SC	UDESC	Flavia Motta	149
SC	UNOCHAPECÓ	Rosana Badalotti	64
RS	FACCAT	Daniel L. Gevehr	60
PR	UNIOESTE	Jefferson A. R. Staduto	58
SC	UDESC	Carmen Tornquist	46
SC	FURB	Marilda da Silva	40
PR	UTFPR	Josiane C. Wedig	37
SC	UNOCHAPECÓ	Clarete Trzcinski	26
TOTAL			870

Fonte: Elaboração própria.

O tema da mulher/mulheres consta nos trabalhos de oito mulheres e dois homens, seis de Santa Catarina, dois do Rio Grande do Sul e dois do Paraná. Observa-se que docentes se repetem na Tabela 8 e na Tabela 9, a exceção de Marilda da Silva e Clarete Trzcinski que tem trabalhos com o termo gênero e constam apenas na Tabela 8 e Flavia Motta e Maria Luiza Milani que tem trabalhos com o termo mulher/mulheres e constam somente na Tabela 9.

Tabela 9 – Classificação de docentes por frequência do termo mulher/mulheres no currículo, 2018

UF	IES	Docente	Frequência
SC	UNOCHAPECÓ	Myriam Santin	151
RS	FACCAT	Daniel L. Gevehr	90
SC	UDESC	Glauca de Oliveira Assis	76
SC	UNOCHAPECÓ	Rosana Badalotti	68
PR	UNIOESTE	Jefferson A. R. Staduto	54
SC	UNC	Maria Luiza Milani	47
SC	UDESC	Flavia Motta	44
SC	UDESC	Carmen Tornquist	39
RS	UNISC	Silvia V. C. Areosa	29
PR	UTFPR	Josiane C. Wedig	28
TOTAL			626

Fonte: Elaboração própria.

O tema LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais) constam cinco docentes: três mulheres e dois homens: quatro de Santa Catarina e um do Rio Grande do Sul (Tabela 10). O termo apareceu 24 vezes no currículo desses sete docentes, demonstrando que o tema LGBT conta ainda com pouca representatividade na produção dos PPG em PUR.

Tabela 10 - Classificação de docentes por frequência do termo LGBT no currículo, 2018

UF	IES	Docente	Frequência
SC	UNOCHAPECÓ	Maria Elisabeth Kleba da Silva	11
SC	UNOCHAPECÓ	Myriam Santin	7
SC	FURB	Leonardo Brandão	4
RS	FACCAT	Daniel L. Gevehr	1
SC	UNOCHAPECÓ	Márcia Dal Magro	1
TOTAL			24

Fonte: Elaboração própria.

Docentes da UNOCHAPECÓ e UDESC se destacam no estudo das relações de gênero. Na classificação de docentes por frequência dos termos (gênero, mulher/mulheres e LGBT) no currículo Lattes Santa Catarina apareceu 17 vezes, Paraná seis vezes e Rio Grande do Sul quatro vezes.

Em relação aos temas pesquisados, fizemos uma análise dos currículos Lattes e agrupamos em quatro categorias, baseadas em McDowell (2000) para facilitar sua visualização (Quadro 2). A primeira categoria contemplada é a de *gênero e divisão espacial do trabalho* considerando os temas relacionados ao trabalho, mulheres e profissão e renda. A categoria de *gênero e contrato sexual* contempla, por sua vez, temas como sexualidade, saúde, violência, envelhecimento. Na terceira categoria, *gênero e espaço*, entram temas relacionados ao papel do Estado (no desenvolvimento, nas políticas públicas e no planejamento), ao espaço urbano (lazer LGBT, direito à cidade, mercado de trabalho), ao espaço rural (trabalho, família

alcoologista, pobreza rural, mulheres rurais, mulheres camponesas). Ainda nessa categoria inclui-se também a preocupação com poder político (mulheres parlamentares, ação e participação política, representações sociais), espacialidades em movimento (imigração, migração) e direitos legais sexuais e reprodutivos (parto, maternidade, contracepção, aborto, saúde do homem, saúde LGBT, etc.). Na quarta e última categoria, *gênero e reprodução social* entram temas relacionados a família, a religião, aos espaços educativos, aos grupos sociais, a história das mulheres e a diversidade local, regional e nacional contemplando raça, etnia e classe social. Trata-se de uma outra leitura de mundo, de como a hierarquia de gênero está imbricada em outras formas de relações de poder, incluindo a raça, a classe social e a sexualidade, como normas de gênero que regulam os corpos e os espaços (AHMED, 2015).

Quadro 1 – Lista de temas tratados nos estudos dxs docentes classificados junto aos temas gênero, mulher/mulheres e LGBT, 2018

Temas	Subtemas
Gênero e divisão espacial do trabalho	Trabalho, Mulheres e profissão, renda.
Gênero e o contrato sexual	Sexualidade, Saúde, Violência, Envelhecimento.
Gênero e espaço	<i>Papel do Estado:</i> Desenvolvimento, Políticas Públicas, Planejamento. <i>Espaço urbano:</i> Lazer LGBT, Direito à cidade, Mercado de trabalho <i>Espaço rural:</i> Trabalho, Família Alcoologista, Rural, Pobreza Rural, Mulheres rurais, Mulheres camponesas. <i>Poder político:</i> Mulheres parlamentares, Ação e Participação Política, Representações sociais. <i>Espacialidades em movimento:</i> Imigração, Migração, Redes sociais. <i>Direitos legais:</i> Direitos sexuais e reprodutivos (Parto, Maternidade, contracepção, aborto, saúde do homem, saúde LGBT, etc.).
Gênero e reprodução social	História das mulheres Família, Religião, Espaços educativos formais e não formais, Juventude, grupos populares urbanos, diferenças geracionais. <i>Diversidade a nível local, regional, nacional:</i> Raça, Etnia, Classe Social, Cartografias da Diferença, Resistência.

Fonte: Elaboração própria baseada em McDowell (2000).

Nos temas trabalhados pelxs docentes percebemos a complexidade dos estudos de gênero e as relações entre os temas. Os temas vão muito além da luta por igualdade. Muitos temas caminham na direção de um novo conjunto de relações sociais e formas de representação (MCDOWELL, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso objetivo foi mapear a formação docente e a produção intelectual de docentes que atuam em PPG em PUR com ênfase no tema do desenvolvimento regional e gênero. Para tanto, caracterizamos as 13 IES que abrigam PPG em PUR na região Sul do Brasil. No total são 15 PPG em PUR e 21 cursos de pós-graduação que contam com 201 docentes (117 homens e 84 mulheres). Na distribuição de docentes homens e mulheres, observamos que em seis IES há um predomínio dos homens em relação as mulheres: UNIJUÍ, FACCAT, UNC, FURB, UNIOESTE e PUC. Logo, em quatro das 13 IES (UNISC, UNOCHAPECÓ, UNILA e UFPR) existem mais docentes mulheres que homens.

Sobre a formação docente em estágios de pós-doutorado e bolsas de produtividade por sexo/gênero, se verificou uma desigualdade substancial entre docentes homens e mulheres em relação nas bolsas de produtividade em pesquisa e na distribuição de bolsas entre as IES.

A produção intelectual no campo dos estudos de gênero tem destaque na UNOCHAPECÓ e na UDESC. Apesar das docentes mulheres serem maioria, os docentes homens também pesquisam o tema. O que se constata, entretanto, é que nenhumx docente que pesquisa gênero, mulher/mulheres e LGBT consta na lista de docentes que se destacam na produção intelectual voltada ao desenvolvimento regional. Caberia um estudo sobre como o desenvolvimento regional é tratado nos estudos de gênero. A espacialidade está presente nos temas dxs docentes. Elxs relacionam os estudos de gênero com uma complexidade de aspectos da vida social, incluindo: a história, o espaço rural e urbano, as espacialidades em movimento, a política, os direitos, vulnerabilidades, grupos e instituições sociais. Mas, ao que tudo indica, esses estudos utilizam o regional mais como um recorte da pesquisa do que como parte do problema.

Constatamos um crescimento dos estudos que tomam essa temática como seu objeto. Mas, carecemos de uma análise mais detalhada dos currículos e da produção intelectual sobre o tema que reúna aspectos não tratados nesse artigo, sendo exemplos: Como xs docentes lidam com as relações de gênero na vida pessoal e acadêmica? Existem diferenças (quantitativas e qualitativas) entre a produção intelectual masculina e feminina? Quais são os enfoques teóricos utilizados nos estudos? Também convém verificar se o incremento dos estudos tem um efeito prático e se as questões de gênero estão sendo transformadas.

Esse artigo conta com limites claros: refere-se apenas à região Sul do Brasil. Os dados sobre as outras regiões do Brasil estão sendo tabulados pelo *Coletivo Mulheres que pensam o desenvolvimento regional*, devendo ser divulgados em 2019. É fundamental verificar se nas outras regiões também ocorre um equilíbrio entre formação docente e a produção sobre os estudos de gênero. Nesse artigo utilizamos o recorte da região Sul que, de acordo com o nosso próprio referencial teórico, seria arbitrário, porque resultante de relações de poder estabelecidas (SMITH, 2000). Como parte do nosso questionamento do que viemos a chamar de região Sul está a imagem de uma região, em muitos sentidos, conservadora. Lançar um olhar sobre os estudos de gênero é ir além da imagem que a região difunde, não mais de uma região como contenção, mas de uma região como abertura!

Sugerimos, a partir desse levantamento, fortalecer os estudos de gênero no âmbito do Planejamento Urbano e Regional e nos PPG em PUR da região Sul do Brasil – oferecimento de

disciplinas optativas, maior diálogo entre pesquisadorxs dos PPG em PUR, elaboração de projetos interinstitucionais, inclusão de Grupos de Trabalho (GT) sobre o tema nos eventos da área, maior divulgação das pesquisas realizadas. Um motivo razoável é que:

Las historias de dolor pueden ‘compartirse’ solo cuando asumimos que no son la misma historia, incluso cuando están conectadas, y nos permiten establecer conexiones. [...] nombrar el dolor personal no es suficiente y puede muy fácilmente incorporarse a las agendas narcisistas de la cultura neoliberal y terapéutica. (AHMED, 2015, p. 264).

As investigações, tanto quanto a política, seguem necessárias para os estudos de gênero. Elas implicam questionamentos permanentes: O que é ser mulher? O que é ser homem? O que é uma região? Como ela é definida? As definições e normas não são infinitas, são estruturadas por relações de poder – e o gênero é uma delas. As investigações têm a tarefa de mostrar as imbricações entre as relações de gênero, poder e espaço, suas permanências e possibilidades de mudança. E, assim, podem contribuir para a superação das limitadas formas de ser homem e ser mulher impostas, das hierarquias que assentam num futuro branco, masculino, colonial, heteronormativo e capitalista (MCDOWELL, 2000).

REFERÊNCIAS

- AHMED, Sara. *La política cultural de las emociones*. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.
- BIDASECA, Karina Andrea. *La revolución será feminista o no será*. La piel del arte feminista descolonial. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018a.
- BIDASECA, Karina Andrea. *La resignificación de la lucha indígena*. In: Muñoz, Creusa (Org.). El Atlas de la revolución de las mujeres. Las luchas y los desafíos actuales del feminismo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Capital Intelectual, 2018, p. 46-7.
- BRASIL. *Conheça os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/assuntos/sobre-os-ods>. Acesso em: 6 out. 2018.
- BUTZKE, Luciana; THEIS, Ivo Marcos; MANTOVANELLI JÚNIOR; Oklinger. *Existe alguma região para desenvolver? Um questionamento desde o pensamento social latino-americano*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 14, n. 2, 2018, p. 91-106. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3586/660>. Acesso em: 24 mar. 2018.
- CABNAL, Lorena. *Feminismos diversos: el feminismo comunitário*. ACSUR, Las Segovias, 2010.
- CELENTANI, Francesca Gargallo. *Feminismos desde Abya Yala*. Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Ciudad de México: 2014, p. 46-109.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. *Solar*, Revista de Filosofía Iberoamericana, año 12, vol. 12-1, p. 35-46, 2016.

CEPAL. *40 años de agenda regional de género*. Santiago: Nações Unidas, 2017.

CRUZ, Carmen de la Cruz. *Guia metodológica para integrar la perspectiva de género em proyectos y programas de desarrollo*. Vitoria-Gasteiz: EMAKUNDE/Instituto Vasco de la Mujer, 1998. Disponível em: http://www.emakunde.euskadi.eus/u72-publicac/es/contenidos/informacion/pub_guias/es_emakunde/adjuntos/guia_genero_es.pdf. Acesso em: 15 mar. 2018.

CURIEL, Ochy. *Género, Raza, sexualidade debates contemporaneos*. 2008. Disponível em: http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf. Acesso em: 15 jul. 2018.

FERNANDES, Ana. Tendências e desafios no fomento à pesquisa na área de Planejamento Urbano e Regional: uma análise a partir do Cnpq (2000-2012). R. B. *Estudos Urbanos e Regionais*, v.15, n.1, p.59-76, Maio 2013.

FERREIRA, Lola. *Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia*. 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

LOPES, Maria Margaret; COSTA, Maria Conceição da. Problematizando ausências: mulheres, gênero e indicadores na História das Ciências. *Gênero nas Fronteiras do Sul*, Campinas, p. 75-83, 2005.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colombia, n.9, p. 73-101, jul./dic. 2008.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2008.

MCDOWELL, Linda. *Género, identidad y lugar*. Un estudio de las geografías feministas. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

MENICUCCI, Eleonora. O golpe e as perdas de direitos para as mulheres. In: Rubim, Linda; Argolo, Fernanda (Org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 65-73.

MONNERAT, Alessandra. *“Teto de vidro” na ciência: apenas 25% na categoria mais alta do CNPq são mulheres*. 2017. Disponível em: <http://www.generonumero.media/2mulheres-representam-metade-da-producao-cientifica-no-brasil-mas-sao-apenas-25-em-categoria-mais-alta-do-cnpq/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

NUCCI, Marina Fisher. Crítica feminista à ciência: das “feministas biólogas” ao caso das “neurofeministas”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 1, abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41089/36296>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

ONU BR. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 6 out. 2018.

OROZCO, Amaia Pérez. *Subversión feminista de la economía*. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.

PAREDES, Julieta; GUZMÁN, Adriana. *El tejido de la Rebeldía*. La Paz: Mujeres creando comunidad, 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2015, p. 84-130.

SMITH, Neil. Contornos de uma política especializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: Arantes, Antônio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: PAPIRUS, 2000, p. 132-175.